

Collor tenta apoio da esquerda com proposta de cinco reformas

Dora Tavares de Lima

6-1-88 — Ariovaldo dos Santos



Collor quer fim do SNI

BRASÍLIA — Cinco grandes reformas — administrativa, fiscal, patrimonial, constitucional e da dívida externa — são os projetos de impacto que o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, pretende usar para, se eleito presidente da República, tentar conquistar o apoio da esquerda e da *intelligentia* à sua proposta de governo de união nacional. Na área econômica, Collor está recebendo conselhos — embora ainda sigilosamente — do economista Pêrsio Arida, um dos formuladores do Plano Cruzado.

Coordenado por Zélia Cardoso de Mello, sobrinha do economista João Manuel Cardoso de Mello, outro pai do Cruzado, o grupo de 200 pessoas que detalha o plano de governo de Collor a ser apresentado definitivamente ao candidato no próximo dia 16 é composto por técnicos filiados ao PMDB, PSDB, PCB e um do PT. Essas pessoas participam, no entanto, sob o compromisso de que seus nomes fiquem protegidos pelo anonimato.

Reforma agrária — O documento será dividido em sete partes: objetivos centrais do governo, princípios de ação e gestão, reformas, diretrizes econômicas, diretrizes sociais, diretrizes regionais e metas setoriais. No capítulo das reformas, Collor prepara uma surpresa que certamente agrada-

rá à esquerda: ele quer alterar o que diz a Constituição sobre reforma agrária, justamente a maior das derrotas da esquerda na Constituinte.

O candidato pretende apunlar a vitória da União Democrática Ruralista (UDR) que conseguiu impedir que terra produtiva seja desapropriada. Collor quer ressuscitar o texto proposto pela Comissão de Sistematização, que vinculava o cumprimento da função social da propriedade rural à sua não desapropriação para fins de reforma agrária. Assim, os técnicos que assessoram o candidato acreditam que po-

derão viabilizar novamente a reforma agrária que, na opinião dele, tornou-se impossível com a aprovação do destaque sugerido pela UDR.

Para a reforma administrativa, Collor ainda não sabe se demite ou não, em massa, funcionários não protegidos pela estabilidade. Quer reduzir os ministérios (reabre apenas o da Ciência e Tecnologia) para nove ou 11. Funde Educação e Cultura; cria um ministério único da Economia, incluindo Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Industrial e Agricultura; acaba com o Serviço Nacional de Informações e reúne os ministérios da área militar no Ministério da Defesa.

Com a reforma patrimonial, Collor pretende promover uma brutal leva de privatização (à exceção da Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás e Vale do Rio Doce), e com a fiscal, “tornar mais competente a arrecadação e fazer pagar quem ganha mais”. Na dívida externa, reafirma sua disposição de, logo no início, retirar o aval da União aos empréstimos. Collor ainda não sabe como resolver uma questão: a dos transportes coletivos. Ele já anunciou que, se eleito, acaba com qualquer tipo de subsídio, o que tornaria difícil manter os transportes coletivos a preços acessíveis. O que Collor examina — mas a solução será apresentada pelos técnicos até o dia 16 — é a possibilidade de manter esse setor como o único subsidiado.